

A GESTÃO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL. ESTUDO DE CASO.

Autor: Amarildo Reino de Lima;
Co-autores: Maria Eva Freira Alkimim; Erika Araújo Pinto;
Rogério de Carvalho Machado

Universidad de La Empresa-Montevideú-Uruguai – E-mail: ude@ude.edu.uy

1.0 INTRODUÇÃO

O que é Deficiência Visual? A palavra “deficiência” tem origem no latim – deficiência – o que aponta para a falta, a imperfeição e a insuficiência. O Instituto Benjamin Constant-RJ, conceitua Deficiência Visual como a perda ou redução de capacidade visual em ambos os olhos em caráter definitivo, que não possa ser melhorada ou corrigida com o uso de lentes, tratamento clínico ou cirúrgico. Existem também pessoas com visão sub-normal cujos limites variam com outros fatores, tais como: fusão, visão cromática, adaptação ao claro e escuro, sensibilidades a contrastes, etc. Os cegos aprendem a ler e a escrever em braile. Existem diversos graus de deficiência visual; considera-se que estudantes cegos ou com baixa visão sejam beneficiados pela inclusão na escola em classes comuns, desde que esta se adapte quanto às suas necessidades. Ao longo do tempo observa-se que a Escola necessita o tempo todo se adaptar ao novo, assim como as diversas demandas solicitadas pela sociedade que busca inovar e modernizar-se a partir da globalização. Para Bauman (2009) que define as modernidades anteriores como sendo sólidas, ou seja, quando a sociedade passava por transições e grandes mudanças, a perspectiva da nova ordem era a de que essa se solidificasse como o novo status quo, que fosse o fim da busca pelas soluções para todos os males do mundo. As modernidades do passado desmontavam as realidades herdadas com a intenção de torná-las melhores. Mas ao se pensar e trabalhar numa perspectiva de práticas de inclusão e de educação atuais a sociedade exige ações voltadas com a modernidade líquida conceituada por Bauman “como a metáfora do “líquido” ou da fluidez como o principal aspecto do estado dessas mudanças. Um líquido sofre constante mudança e não conserva sua forma por muito tempo e com o fluxo da informação sem fronteiras que aparece como desestruturação e esgarçamento dos laços sociais”. Deste modo Bauman(2006) afirma que:

“Na fase “líquida” da modernidade, a demanda por funções de gestão convencionais se exaure rapidamente. A dominação pode ser obtida e garantida com um dispêndio de energia, tempo e dinheiro muito menor: com a ameaça do descompromisso, ou da recusa do compromisso, mais do que com um controle ou uma vigilância inoportunos. A ameaça do descompromisso arrasta *o onusprobandi* para o outro lado dominado. Agora, cabe aos subordinados comportar-se de modo a obter consensos perante os chefes e levá-los a “adquirir” seus serviços e seus produtos criados individualmente (assim como os outros produtores e comerciantes procuram persuadir os prováveis clientes a desejar as mercadorias à venda)”. O que se apresenta como um desafio para a educação, que se constrói no espaço social, a metáfora do líquido, da sociedade líquida, abre outros espaços e concepções sobre os seres humanos, principalmente para aqueles que são visados como populações a serem incluídas pelo processo educativo. A partir da globalização da condição humana que se desenha definindo novas orientações, estratégias políticas e educacionais. Surge a Gestão Escolar com papel significativo, principalmente em se tratando da Educação Especial, na perspectiva da inclusão, que fundamenta-se em princípios de equidade, de direito à dignidade humana, independentemente de comprometimentos que possam apresentar em decorrência de suas especificidades, e no direito de ser diferente. Essa modalidade de educação deve estar apoiada em políticas públicas educacionais reconhecedoras da diferença e da necessidade de

condições distintas para a efetivação dos processos de ensino/aprendizagem de estudantes com deficiência. Acompanhando a evolução das demandas educacionais o marco legal no Brasil dá-se com Constituição Federal de 1988. Um segundo marco legal de suma importância no desenvolvimento das políticas públicas para Inclusão, é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira-LDB/1996, cabe citar também a recém promulgada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Lei nº13.146 de 06 de julho de 2015, nos seus Art.27 e 28, referendam os direitos da pessoa com deficiência a uma Educação Plena e Inclusiva. Os tratados internacionais procuram promover a Educação Especial numa perspectiva de Inclusão, tais como: a Declaração de Salamanca 1994, e conceitos para as formas de ação e gestão educacional. A Declaração de Incheon: Educação para todos 2030, realizada em 2015, visa “Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”

Outro ponto a ser destacado é o princípio da gestão democrática regulamentado também pela LDB, a qual determina que os sistemas de ensino brasileiros definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas particularidades, especificado no artigo 3 e 206 inciso VI da Constituição Federal de 1988. A LDB/96 no seu Art. 12 apresenta as determinações, no tocante à gestão democrática, as quais levam em consideração que as escolas devem articular-se com as famílias e a comunidade de forma integrada. Segundo Cury (2005) a gestão democrática é uma forma onde todos se capacitam para se chegar a um Projeto Político Pedagógico-PPP de qualidade e que esta participação seja compromissada com ações organizadas. Com o PPP efetivado nas Instituições de Ensino a partir de uma construção coletiva com a participação dos segmentos da comunidade escolar tem-se a possibilidade de traçar os caminhos a serem seguidos pela escola e executados com a liderança da Equipe Gestora e seus pares.

No Distrito Federal muitos são os avanços na formulação de políticas públicas por parte do Governo, com ações inter-secretarias, nas quais a SEEDF, viabiliza sua execução em escolas da rede pública de ensino. Aliada aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que preconizam uma formação orientada pelo desenvolvimento das competências e habilidades, a Educação Inclusiva está estreitamente vinculada às políticas e ações colocadas em prática pela Secretaria de Educação, dentre as quais se destacam além das específicas à de Educação Especial e a Lei de Gestão Democrática de 2012, Lei nº 4.751 que objetiva promover a participação coletiva da comum idade escolar na Gestão da Escola. No censo escolar 2016, aponta que cerca de 8.979 estudantes com Necessidades Educacionais Especiais encontram-se matriculados em salas de aula regulares dos quais 370 são Deficientes Visuais. O que significa um aumento no número de matrículas de estudantes com estas características na ordem de 6% em relação ao ano de 2015, fato que sinaliza uma maior confiança no processo de Inclusão como um todo. O Ministério da Educação, em 2003, implanta o Programa Educação Inclusiva o qual promove o direito à diversidade, com a finalidade de mudar os preceitos de ensino em regulamentos educacionais inclusivos, transformando os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, fazendo desenvolver um processo de formação de gestores e educadores.

Já Luckesi (2007) afirma que a escola é um lugar de aprendizagem e desenvolvimento em que o fator mais importante na vida escolar não é o ganhar ou o perder, mas o aprender a ser e o aprender a viver juntos, para o bem-estar de si mesmo e do outro, com qualidade. E deste modo as limitações dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ANEES) não devem ser vistas como um empecilho, e sim, como algo que deve ser levado em consideração para a elaboração das atividades pedagógicas. Para Soares (2004), a escola produz efeitos fundamentais no desenvolvimento cognitivo dos estudantes, e ainda que ela assuma funções que antes eram de responsabilidade apenas da família e das comunidades locais e religiosas, a grande expectativa social, principalmente dos pais dos estudantes, sobre

essa instituição está relacionada à aprendizagem. Por outro lado os Gestores Escolares ainda não sabem como atender às demandas específicas e, apesar de acolher essas crianças e jovens, ainda têm dúvidas em relação à eficácia da inclusão, ao trabalho de convencimento dos pais (de estudantes com e sem deficiência) e da equipe, à adaptação do espaço e dos materiais pedagógicos e aos procedimentos administrativos necessários. Já Mantoan (2005) esclarece que inclusão é a capacidade de entender e de reconhecer o outro, convivendo e compartilhando com suas diferenças. Há na verdade o acolhimento de todos sem exceção e isto inclui as pessoas com deficiência física, os superdotados, para toda e qualquer criança discriminada, ou seja, inclusão é estar com o outro, é interagir, significando assim: “convidar aqueles que (de alguma forma) têm esperado para entrar e pedir-lhes para ajudar a desenhar novos sistemas que encorajem todas as pessoas a participar da completez de suas capacidades – como companheiros e como membros (MANTOAN, 2005, p.137)”.

1.1 – Descrição do cenário do estudo de caso: O Centro de Ensino Médio Ave Branca – CEMAB, localizado em Taguatinga-Distrito Federal-Brasil, foi inaugurado a cerca de 57 anos, sua estrutura é boa para os padrões de uma escola pública. Dos cerca de 2440 estudantes aproximadamente 40% moram nas imediações da Escola e são beneficiários de diversos programas sociais, tais como: bolsa família, etc. A Direção está a frente da mesma desde janeiro/2015, e já atuava na escola. Apresentam bom sincronismo nas ações procurando desenvolver o trabalho com perfil democrático, ofertando a possibilidade de debate coletivo entre os comandados. O que referenda um caráter democrático em sua gestão. A clientela de ANEE (Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais) é composta por 38 estudantes com alguma necessidade especial são atendidos em Sala de Recursos Generalista e dentre estes: 04 (quatro) com Deficiência visual, sendo 02 com baixa visão e 02 (dois) cegos, que recebem suporte na Sala de Recursos Deficiência Visual – Polo de Taguatinga, que são o objeto do Estudo de Caso. A Escola também conta com (oito) professores na sala de Recursos Deficientes Visuais. Mas três trabalham diretamente com os estudantes matriculados no CEMAB e de outras escolas de Ensino Médio da cidade.

1.2 - Problematização: Este Estudo teve por base a legislação vigente e a análise do trabalho realizado pela equipe gestora, e em todos os casos, pode-se observar que os estudantes independentemente do motivo, a oportunidade de inclusão, se não for considerada, o levará ao fracasso escolar e o deixa a margem, sem atendimento específico, situação analisada no estudo de caso vivenciado na escola pelos Deficientes Visuais lá matriculados.

O grupo de estudantes em questão será chamado de TURMA DV matriculados no Ensino Médio. Trabalha-se bastante para o recebimento dos estudantes esta preparação espera-se que o trabalho será muito facilitado e fluíra naturalmente, mas felizmente não é o que ocorre. Existem várias demandas não atendidas e as dificuldades são gerais, materiais não disponibilizados, recursos insuficientes, professores que não se adaptam a trabalhar com estudantes com essas características, dificuldades e atrasos nas adaptações, quer ampliações das fontes dos livros, ou mesmo preparação do material em Braille, Sala de Recursos com maquinário obsoleto, ausência de professores especializados quando de Licenças médicas, atrasos na entrega dos materiais para adaptação, etc. Enfim inúmeros desafios para a equipe gestora. Tendo por base os fatos narrados tanto na parte inicial deste trabalho como no parágrafo anterior onde nota-se inúmeras lacunas nos processos escolares o que dificulta a Inclusão de estudantes Deficientes Visuais, têm-se: 01) a tentativa de evitar a evasão escolar e consequentemente exclusão, 02) a reflexão a respeito do processos educativos desses indivíduos; 03) levar em consideração a capacidade dos mesmos para a aprendizagem, desde que apoiados por metodologias adequadas que atendam suas necessidades e, assim identificar o papel da gestão escolar neste processo. Então investigou-se: Quais os impactos da inclusão de estudantes Deficientes Visuais na Gestão do CEMAB? E ainda as mudanças ocorridas na Escola, professores e gestores depois da Inclusão de Estudantes com Deficiência

Visual? O estudo analisou o período compreendido a partir de março/2015 até junho de 2017. E assim para obtenção dos dados foram realizadas observações in locus, entrevistas, questionários, análise de documentos. O primeiro eixo contempla questões relacionadas à caracterização do atendimento aos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais, o segundo relacionado ao ambiente físico e aos recursos necessários a um atendimento que contemple a autonomia dos educandos e o terceiro eixo está relacionado às questões didático-pedagógicas. Busca-se mediante estes instrumentos captar informações que possibilitem a apreensão do fenômeno a ser estudado. Foram analisadas as mudanças implementadas nas práticas da escola (gestão) e de sala de aula (metodologia de ensino) no que diz respeito à garantia de uma aprendizagem bem sucedida a todos os estudantes.

2.0 - ANÁLISES E RESULTADOS DO ESTUDO DE CASO:

Durante o levantamento dos dados e análises dos documentos junto aos professores da sala de recursos D.V. pode-se constatar que o trabalho realizado com os estudantes é efetuado basicamente da seguinte forma: os materiais pedagógicos são adaptados sempre que solicitados pela escola, diga-se transcrição para Braille, confecção de maquetes e construção objetos que representem a simulação de objetos de forma concreta, preparação de textos em áudio, apresentação da simbologia Braille a medida que o aluno avança nos conteúdos e novos símbolos surgem, os estudantes também recebem atendimento semanal nesta sala, afim de aperfeiçoar sua sensibilidade, assim como melhorar a orientação para melhoria de sua mobilidade e conseqüentemente a ampliação de sua independência e em alguns casos também atividades da vida cotidiana e orientação as família. A partir destes relatos conclui-se que a sala de recursos procura em conjunto com a escola e equipe gestora desenvolver o trabalho de suporte pedagógico aos estudantes Deficientes Visuais. O contato principal entre a sala e a escola é efetuado de forma direta e se necessário a Equipe Gestora é chamada para intervir. A escola também está orientada e enviar materiais via e-mail para preparação e /ou adaptação. A sala de recursos procura ainda monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes da "TURMA DV" e auxilia no diagnóstico de aprendizagem do mesmo e desta forma orienta os docentes e Direção como proceder e apurar os processos de avaliação dos estudantes. Já a entrevista com os professores ficou evidente que tratam-se de profissionais comprometidos, apesar de alguns relatarem seu desconforto com o trabalho realizado com esses estudantes, pois alegam demandar maior tempo de preparação de matérias e preenchimento de muitos formulários. Relatam que o trabalho é muito denso e intenso, além de exigir que seja estabelecido novos formatos nas relações interpessoais e o desenvolvimento do caráter afetivo. Afirmam que os estudantes respondem com presteza e interesse, além de manter boa relação com os demais colegas de sala. Deste modo ao se trabalhar estudantes com estas características fica claro que será necessário durante os processos de ensino/aprendizagem um misto entre as várias teorias educacionais onde se incluem as tradicionalistas. Neste caminho para Mantoan (2001) "A Educação para a inclusão pede uma mudança de concepção do ato de ensinar. O ensino focado na repetição de conceitos há muito tempo é ruim para qualquer estudante, com deficiência ou sem".

Nas conversas com as famílias nota-se que as mães são muito presentes e exigentes, pois ampliam a própria expectativa das famílias, por meio da escolarização desta população ou ainda pelas ações sensibilizadoras das políticas públicas e o incentivo por parte da mídia atual. Com a Equipe Diretiva foi aplicado o questionário e realizada uma entrevista, ao começarmos a conversa relatam não terem participado de nenhum tipo de formação específica para trabalhar com estudantes deficientes, mas acreditam na importância desta formação, explicam que pautam suas ações no Projeto Político Pedagógico - PPP que fora construído com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, além de agregar a legislação vigente e deste modo procuram sensibilizar os demais colegas de trabalho. Afirmam também saber que a inclusão é um caminho sem retorno, mas muito precisa ser feito

não basta apenas leis, necessitasse de condições adequadas, desde formação continuada para os docentes e demais envolvidos nos processos de Ensino Aprendizagem até os recursos financeiros e materiais distribuídos no tempo certo. Na sequência informaram que fora realizada algumas adaptações especiais visando melhorar a mobilidade e acessibilidade dos estudantes, tais como: corrimão e rampas de acesso, além de mobiliário mais adequado nas salas de aula para estes estudantes, diga-se carteiras e mesas separadas, pois os demais estudantes utilizam carteiras universitárias. Também fora perguntado qual seria a postura dos Diretores durante o conselho de classe com relação aos estudantes ANEEs, o vice-diretor informa que o Conselho de Classe é soberano e democrático, mas se houver necessidade de se contestar uma decisão do colegiado está disposto a questionar em instâncias superiores, desde que seja para assegurar os direitos os estudantes.

3.0 - CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Pode-se concluir com este estudo de caso no Centro de Ensino Médio Ave Branca-CEMAB, que no Distrito Federal-Brasil a legislação local vigente procura assegurar aos estudantes locais as garantias estabelecidas pela Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica-LDB, assim como os tratados Internacionais, no que tange a inclusão, mas também ficou demonstrada na pesquisa que o caminho para a melhoria da qualidade e equidade na inclusão no ensino público precisa percorrer será longo.

A inclusão escolar de estudantes Deficientes Visuais é entendida como uma realidade e reconhecida como direito, vale dizer que a análise dos dados revelou que a escola também possui outros estudantes com diversas Necessidades Educacionais Especiais, num total de 38 estudantes. Ficou também evidente que o apoio da Sala de Recursos para Deficientes Visuais cumpre papel significativo dentro do processo, bem como contribuir para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Desta forma o planejamento deve levar em conta que podem ser necessárias, por exemplo, especialistas em conjunto com os professores regentes. E a mediação dos Gestores Escolares é imprescindível.

O estudo deixa evidente a disposição da equipe gestora, em fomentar as estratégias para inclusão mesmo que seja necessário deixar de lado uma postura democrática focada no dialogo, se necessário propõe-se a agir com uma postura administrativa e principalmente em casos extremos é capaz de invocar a legislação. Assim como tenta desenvolver de forma eficaz estratégias mobilizadoras e incentivadores junto ao grupo de docentes, no sentido de promover a aceitação e inserção dos Estudantes Deficientes Visuais em suas salas de aula. Procura oferecer apoio as propostas de adaptações sugeridas pela sala de recursos D.V. que melhorem as condições necessárias ao aperfeiçoamento do processo de Inclusão. Mas um ponto de fragilidade apresentado pela equipe diretiva esta na dificuldade em agir com rapidez o que em algumas situações pode interferir no resultado final da demanda a ser atendida.

Para Alonso (2016) "Cabe ao gestor oferecer as condições adequadas, conforme a realidade de sua escola". A escola tem que possuir condições físicas adequadas, professores e gestores qualificados e também recursos financeiros. E desta forma levando em conta as singularidades de cada um, considerando o direito à educação escolar desses estudantes, promover enfim, a inclusão escolar e social entre os pares independentemente de suas características quer físicas e/ou mentais. Não se deve equivocadamente concluir que é preciso apenas buscar indivíduos com características pessoais democráticas para ocupar funções importantes, como a direção escolar. O trabalho procurou demonstrar que a inclusão de estudantes com necessidades Educacionais Especiais proporciona ao Gestor Escolar, mais uma vez a oportunidade no sentido de fomentar dentro do ambiente escolar a verdadeira inclusão dos pares. Para tanto cabe ao Gestor e sua equipe através de ações articuladoras e motivadoras, bem como durante a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP, contemplar esta inclusão de forma eficaz e o mais tranquilo possível. Ficou evidente também a necessidade de formação prévia por parte do Gestor Escolar para melhor compreender e

atuar nas diversas demandas que se apresentam no desenvolvimento do cotidiano de gerar uma Escola, assim como dos professores. A formação prévia pode contribuir de forma decisiva ao aplicar-se a uma política de Gestão democrática, sem ela não será nada fácil o alcance dos resultados e objetivos de uma gestão escolar com equidade, inclusão e qualidade. Para Azevedo (2009), “é necessário transformar a realidade atual frente à inclusão escolar no diagnóstico dos pontos nevrálgicos propondo ações coletivas para a sua implementação assim como políticas públicas que atendam as necessidades dos portadores de necessidades especiais. É essencial que a inclusão envolva à todos no processo educativo. Cabe a equipe mediar um diálogo permanente, ao articular saberes em suas diversidades, proporcionar vivências significativas para a formação integral do indivíduo. A inclusão deve fazer parte de uma proposta não segregativa e abranger os educadores, a família e a comunidade e estar embasada numa filosofia que proporciona a todos igualdade e respeite as diferenças”.

Notou-se ainda que a criação, implementação e aperfeiçoamento das políticas públicas educativas tornar-se-ão, se bem trabalhados, bons instrumentos orientadores das futuras políticas públicas a serem criadas e/ou redirecionadas. Pode-se encerrar este estudo com a seguinte frase de Bauman (2009) em entrevista: “A educação e a aprendizagem no ambiente líquido-moderno, para ser úteis, devem ser contínuas e durar toda a vida. Nenhum outro tipo de educação e/ou aprendizagem é concebível; a "formação" do próprio eu, ou da personalidade, é impensável de qualquer outro modo que não seja aquele contínuo e perpetuamente incompleto”. A prática educativa deve abandonar os modelos fortemente estruturados, em favor de um processo formativo aberto. A escola estará constantemente em aprendizado, devido à natureza das especificidades e dinamismo da inclusão.

Os sistemas educacionais também devem assumir sua parte de responsabilidade, investindo na construção de contextos escolares democráticos, seja através da formação continuada de seus profissionais, seja através da mensagem subliminar que passam por meio de políticas públicas: um sistema não pode se autoproclamar inclusivo mantendo condições desfavoráveis para a efetiva inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, como classes numerosas, currículos excludentes ou prédios sem acessibilidade. É importante esclarecer que este estudo é parte de uma pesquisa mais abrangente onde envolve-se estas variáveis, portanto com outras possibilidades de análise, conclusões e contribuições.

4.0 – REFERÊNCIAS:

- ALONSO, Daniela, 2015, site: www.novaescola@fvc.org.br. Acesso em 19/08/2017.
- AZEVEDO, Maria Antonia Ramos de, GRACILLIANI, Rosa da Cunha. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma Parceria necessária e emergente na escola. Educação: Teoria e Prática, Vol. 18, No 31 (2008).Artigo de 23/02/2009.
- BAUMAN, Z. Entrevista sobre a educação. Desafios pedagógicos e modernidade líquida. Por: Alba Porcheddu, Pesqui. vol.39 no.137 São Paulo May/Aug. 2009. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742009000200016
- _____. BRASIL. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Ministério da Justiça/Direitos Humano, 2. ed., 1997.
- _____. BRASIL. Lei nº 9.394/96, LDBN. Brasília: MEC – Imprensa Oficial, 1996.
- _____. BRASIL. Lei nº 13.146/15, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- _____. BRASIL. Distrito Federal. Lei nº 4.751/12 -Lei de Gestão Democrática.
- _____. Censo Escolar, Secretaria de Educação do Distrito Federal, Disponível no site:www.se.df.gov.br, Acesso em 20/08/2017
- LUCKESI, C. C. Gestão Democrática da escola, ética e sala de aula. ABC Educatio, n. 64. São Paulo: Criarp, 2007.
- MANTOAN, M. T. E ,Caminhos Pedagógicos da Inclusão, 243 págs., Ed. Memnon, 2005.
- _____. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICA – CEMAB 2017.
- SOARES, J. F. O efeito da escola no desempenho cognitivo de seus estudantes, 2004.